



## Polícia Federal recebe denúncias do Sindivigilantes do Sul sobre Camelódromo, Rodoviária e Bradesco



Delegado Marcelo Picarelli, à esquerda, comanda a fiscalização da segurança privada na PF

Diretores do Sindivigilantes do Sul foram na segunda-feira (26) à Polícia Federal, em Porto Alegre, onde apresentaram denúncias de irregularidades nos serviços de segurança do Camelódromo, Estação Rodoviária e agências do Banco Bradesco, em Porto Alegre.

Na reunião com o delegado Marcelo Picarelli, titular da Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp), eles relataram que a empresa Unisat está contratando porteiros e vigias para o Camelódromo e Rodoviária, em função que é privativa de vigilante.

## **Agressão no Camelódromo**

Os diretores Gérson Farias, Leandro Benini, Carlos Schio e Jaqueson Fernandes alertaram o delegado para o incidente que ocorreu no Camelódromo, no último sábado, quando o supervisor de segurança, Emerson Machado, foi agredido por um bando de homens que invadiram o recinto. Machado acabou internado em estado grave no HPS.

Este episódio, noticiado pela imprensa, mostra que há um serviço de segurança que deveria estar sendo executado por vigilantes no local, assim como na Rodoviária, ressaltaram.

O delegado concordou que há muitas irregularidades nesta área e disse que está tomando providências, principalmente em relação às licitações das prefeituras para contratação de segurança de grandes eventos. Contou também que, recentemente, realizou uma fiscalização no Mercado Público, mas lá não encontrou nenhuma irregularidade – o serviço está a cargo de vigilantes.

## **Redução de efetivo**

Quanto ao Bradesco, Picarelli foi informado que o banco está reduzindo o efetivo de vigilantes em algumas agências, de três para dois e de quatro para três, desrespeitando o plano de segurança bancária. O sindicato oficiou o banco, mas a resposta do Bradesco foi muito evasiva.

Picarelli disse que vai verificar o plano de segurança dessas agências e que vai fiscalizar para que o mesmo seja cumprido. Ele ainda pediu a ajuda do sindicato, com mais informações, e reafirmou que tomará as providências necessárias em relação a estas denúncias, a fim de que a legislação do setor seja devidamente cumprida.

Fonte: Sindivigilantes do Sul



# MP abre inquérito para investigar bancos em Guarujá (SP)



A 4ª promotora pública de Guarujá, Silvia de Freitas Denari, abriu inquérito civil para investigar a situação de vulnerabilidade com relação à segurança dos bancos em Guarujá (SP) e o não cumprimento da lei municipal 4.091 que estabelece a obrigatoriedade de segurança privada nos estabelecimentos bancários desde março de 2014.

De autoria do então vereador Luciano Lopes da Silva, o Luciano China, e sancionado pela ex-prefeita Maria Antonieta de Brito, a lei obriga que os bancos mantenham sistema de videomonitoramento 24 horas e serviços de segurança (vigilantes armados) em todos os pontos que possuam caixas eletrônicos, o que não vem ocorrendo.

Conforme a legislação vigente, o Executivo é responsável pela fiscalização e cumprimento da lei por intermédio do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), representada pela fundação que leva o

mesmo nome e é responsável por ajudar a mediar os conflitos entre os consumidores e os fornecedores de produtos e serviços.

A legislação penaliza quem não estiver cumprindo a lei na ordem de 10 mil unidades fiscais do município (UFMs) – cerca de R\$ 30 mil – dobrando em cada reincidência e, após cinco autuações, a lacração da agência, que só poderá ser reaberta após o pagamento das multas.

A promotora já convocou o ex-vereador, que confirmou que a lei não vem sendo cumprida, mesmo após várias reuniões com representantes da Prefeitura e da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

“O ano de 2015 passou, em maio de 2016 fizemos uma nova reunião, e um prazo de 30 dias foi dado e nada. Então, resolvi entrar com uma representação no Ministério Público (MP), com objetivo de cobrar fiscalização da Prefeitura e o cumprimento da lei por parte dos bancos”, disse.

## **Explosões**

O ex-vereador lembra que Guarujá é a cidade que mais sofre com explosões de caixas eletrônicos. As agências bancárias que ficam na Avenida Dom Pedro, na Enseada, são as que mais sofrem. Algumas adotaram horário restrito de funcionamento em função dos ataques. Suspendem o serviço de caixa eletrônico após as 16 horas, atrapalhando a vida do consumidor. Na última sexta-feira,

China revelou que iria iniciar uma fiscalização.

“Eu mesmo fui vítima recentemente, quando furtaram minha carteira dentro de uma agência. O monitoramento evitaria esse tipo de delito, principalmente nos finais de semana. Os vigilantes, além de proporcionar sensação de segurança, teriam mais empregos. Segundo eu levantei, a simples adoção iria gerar cerca de 100 novos postos de trabalho em Guarujá, fora os trabalhadores que fazem manutenção do monitoramento eletrônico”, afirma.

O presidente do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (Condecon), Cláudio Fernandes de Aguiar, ratifica as informações do ex-vereador e afirma que os caixas eletrônicos estão servindo para vários crimes em Guarujá.

“Até estupro já ocorreu dentro de agência na Enseada. A moça foi surpreendida pelos bandidos. Além disso, os turistas estão sendo abordados fora da agência e os acompanha na retirada do dinheiro. Toda sexta-feira, os caixas eletrônicos são fechados já a partir das 17 horas”, completa.

O conselheiro também alerta que as agências em Guarujá não estão cumprindo a lei que determina o tempo máximo que a pessoa tem que ficar na fila, também da autoria de Luciano China. “O Condecon vai fiscalizar as agências para que as leis sejam cumpridas e as pessoas se sintam à vontade de sacar dinheiro em caso de necessidade”, conclui.

### **Febraban garante segurança e Prefeitura diz que fiscaliza**

Procurada, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou ontem que as instituições financeiras investem cerca de R\$ 9 bilhões por ano em segurança, vêm aperfeiçoando seus sistemas e atuam parceria com governos, polícias e Judiciário

no combate à criminalidade, propondo novos padrões de proteção. Ainda conforme a Febraban os números de assaltos e tentativas vem caindo ano a ano.

“Em 2016, foram registrados 339 assaltos e tentativas de assaltos no Brasil, sendo este o menor número de assaltos nos últimos 17 anos. O número indica redução em relação a 2015, quando foram registradas 394 ocorrências (-14%).

### **Prefeitura**

O Procon de Guarujá informa que fiscaliza as agências bancárias, inclusive com autuações, com base na lei 8.078/90 do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Esta que é legislação federal mais aprimorada e de maior abrangência para defesa do consumidor, além de melhor eficácia punitiva.

Reitera ainda que é um dever do fornecedor ou prestador do serviço bancário a segurança e a qualidade dos serviços colocados à disposição. Isso inclui sistemas de manutenção do monitoramento, de segurança e o tempo reduzido de espera.

Fonte: Diário do Litoral

# Golpistas avançam na criminalização dos movimentos sociais



Como se não bastassem os retrocessos já impostos pela Lei Antiterrorismo – que apresenta definições vagas e imprecisas, incompatíveis com a perspectiva das normas internacionais de direitos humanos – agora, o projeto de lei (PL) 5.065/2016, de autoria do seguidor do golpista Michel Temer, deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG), avança no Congresso.

O PL é mais uma afronta à liberdade de expressão e à democracia, pois pretende alterar a Lei Antiterrorismo, deixando-a ainda mais perigosa para movimentos sociais e manifestantes.

O projeto quer, entre outros pontos, reinserir “motivações político-ideológicas” no rol dos motivos que podem caracterizar uma ação terrorista e ainda anular a ressalva na lei que exclui movimentos sociais e manifestantes de serem enquadrados como

terroristas.

Para o secretário geral da CUT Brasília, Rodrigo Rodrigues, o PL é sem dúvida, mais um ataque proposital a direitos fundamentais da classe trabalhadora. “Este PL significa um recuo na democracia. Sem a participação popular nas decisões políticas não construiremos um país democrático. Já temos sindicalistas sendo perseguidos e presos em vários lugares do mundo e este PL vem para criminalizar ainda mais os movimentos sociais, isso é um desastre”, explica.

Já a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, afirmou que só pode ser classificado como ato terrorista algo que ameace gravemente a segurança da coletividade. Para ela, o projeto abre uma brecha na legislação para a criminalização dos movimentos sociais, “que são legítimos dentro da democracia em que vivemos”.

A CUT Brasília reitera o posicionamento contrário e garante que a luta contra os retrocessos e qualquer tentativa de censura e criminalização dos movimentos seguirá firme.

Fonte: CUT Brasília com informações  
Portal Câmara

# Projeto de reforma trabalhista chega à reta final no Senado

*Mesmo com o presidente acuado, base governista quer acelerar a votação do texto. Oposição, com apoio de Renan, tenta adiamento. Sindicalistas fazem pressão*

Depois de seis meses de tramitação, incluindo a Câmara, o projeto de lei de “reforma” trabalhista (PL 6.787 naquela Casa e agora PLC 38) chega à reta final no Senado, cuja Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne hoje (28) para votação do texto. O governo tenta apressar a aprovação, mesmo com o presidente da República acuado. Com apoio do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), a oposição busca adiar a votação. Desde cedo, representantes das centrais sindicais estão em vigília em Brasília, para tentar convencer senadores a não apoiar o projeto.

Na sessão de ontem, Renan defendeu que a data mude para a semana que vem. Ele afirmou que o governo não pode obrigar o Senado a votar “da noite para o dia”, criticando o conteúdo do projeto e criticando Michel Temer. Para o líder, o PMDB não pode continuar dando sustentação a um governo “que não tem credibilidade”.

“O governo que está aí não tem condições de propor reformas para o país. O erro de Temer foi achar que poderia governar o Brasil influenciado por um presidiário de Curitiba”, declarou, referindo-se ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Ainda no plenário, o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que efetivar a votação seria “apequenar o papel do Senado”. Durante

audiência pública na CCJ, repetiu que o governo Temer “acabou”.

Já o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), declarou que o Planalto fará “ajustes” no projeto, por meio de veto ou medida provisória, conforme discutido com parte dos senadores. “Temos um acordo. Vamos votar amanhã (hoje). A partir daí, é com o presidente Eunício”, disse, citando o presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE), responsável pela definição da pauta.

Ao mesmo tempo em que considera a reforma de interesse do país, o relator do projeto nas comissões de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), disse considerar “insustentável” a posição do governo. Mas o líder de seu partido, Paulo Bauer (SC), reafirmou apoio a Temer e acrescentou que o projeto ajudará a criar empregos. “Não podemos esperar.”

Fonte: Rede Brasil Atual

# O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE A REFORMA TRABALHISTA

O acesso à Justiça do Trabalho será dificultado. Mesmo que beneficiário da justiça gratuita, o empregado pagará honorários periciais, caso perca a perícia.

## NOVO ART. 790-B E § 4º:

A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, **ainda que beneficiária da justiça gratuita.** [...] Somente no caso em que o beneficiário da justiça gratuita não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa referida no *caput*, **ainda que em outro processo**, a União responderá pelo encargo.



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF